



PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

II CONCURSO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO - PROVA TIPO B

Instruções:

- Esta prova tem duração máxima de 3 horas;
- É absolutamente vedada a consulta a qualquer doutrina, legislação ou jurisprudência, sob pena de imediata desclassificação;
- Os candidatos deverão assinar cada uma das folhas da prova;
- As alternativas escolhidas deverão ser assinaladas **à caneta** na folha de respostas. Não serão permitidas rasuras;
- Os candidatos poderão levar as folhas de prova ao final;
- A folha de respostas e prova dissertativa deverão ser entregues ao final, para correção;
- As provas e os gabaritos oficiais serão publicados no site da Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes no dia **16 de março de 2018**, assim como o espelho de correção da dissertação;
- O resultado final e a classificação serão publicados, também no site da Prefeitura, no dia **30 de março de 2018**.

DIREITO CIVIL

1) Acerca das afirmações a seguir, assinale a alternativa correta.

São direitos reais:

- I. O direito à sucessão aberta.
- II. Os direitos reais sobre objetos móveis
- III. As energias que tenham valor econômico.
- IV. Os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram.

- a) Apenas a assertiva III está incorreta;
- b) As assertivas I, II, III e IV estão corretas;
- c) Apenas a assertiva II está correta;
- d) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.

2) Os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado são considerados bens

- a) dominicais;
- b) bens de uso comum do povo;
- c) bens de uso especial;
- d) de uso excepcional.

3) Segundo o Código Civil, é **CORRETO** afirmar:

- a) é anulável o negócio jurídico cujo motivo determinante, comum a ambas as partes for ilícito;



b) é nulo o negócio jurídico em que for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade;
c) é nulo o negócio por vício resultante de erro, dolo, coação ou lesão;
d) o prazo para pleitear a anulação de negócio jurídico quando não houver prazo estipulado por lei será de 3 anos.

4) Segundo a Lei nº 10.406/2002, o exercício abusivo de um direito – definido legalmente como o que excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes – configura ato

- a) anulável;
- b) ilícito;
- c) inexistente
- d) nulo.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

5) Segundo o que estabelece o CPC/15, na hipótese da Petição Inicial não conter os requisitos legais:

- a)** O Juiz determinará a citação do réu para que corrija a Petição Inicial do Autor;
- b)** O Juiz deve, de plano, indeferi-la;
- c)** O Juiz determinará que o autor a emende ou a complemente, no prazo de 15 dias;
- d)** O Juiz determinará que o autor desista do feito.

6) Contra decisão interlocutória que versar sobre mérito do processo, caberá:

- a)** Apelação;
- b)** Agravo Interno;
- c)** Recurso Extraordinário;
- d)** Agravo de Instrumento.

7) Como advento do CPC/15, o reexame necessário:

- a)** Foi abolido;
- b)** Foi mantido, mas apenas com relação à União;
- c)** Foi mantido, mas apenas com relação aos Estados;
- d)** Foi mantido, tanto com relação à União, os Estados, DF, Municípios e suas Autarquias e Fundações de Direito Público.

8) Levando-se em conta as regras processuais relativas aos prazos e às prerrogativas da Fazenda Pública contidas no CPC/15, o Município tem o prazo de :

- a)** 15 dias para oferecer contestação, contados em dias úteis e não úteis.
- b)** 30 dias para oferecer contestação, contados em dias úteis e não úteis.
- c)** 15 dias para oferecer contestação, contados em dias úteis.
- d)** 30 dias para oferecer contestação, contados em dias úteis.

DIREITO CONSTITUCIONAL

9) Quanto ao município, pode-se afirmar que:

- a)** O município reger-se-á pela Constituição Municipal, votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal;



b) O município reger-se-á pela lei orgânica, votada em dois turnos pela câmara Municipal, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros;

c) O município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal;

d) Por não possuir ampla autonomia, o Município reger-se-á pela Constituição Federal, bem como pela Constituição do Estado-membro do qual faz parte.

10) José Afonso da Silva, em obra denominada “Aplicabilidade das Normas Constitucionais”, aborda o tema da efetividade dos dispositivos da constituição, realizando uma espécie de classificação das normas conforme o seu potencial de geração de efeitos no universo jurídico. Conforme tal classificação, as normas constitucionais podem ser:

a) de observância facultativas ou vinculantes;

b) ordinárias, complementares ou emendas;

c) diferidas, programáticas ou facultativas;

d) de eficácia plena, contida ou limitada.

11) Nos termos do art. 52 da Constituição Federal, é competente para julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade:

a) O Supremo Tribunal Federal;

b) A Câmara dos deputados, após deliberação do Senado Federal;

c) O Senado Federal;

d) O juiz federal de primeiro grau.

12) Nos termos da Constituição Federal, **é INCORRETO** afirmar:

a) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais;

b) São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário;

c) É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais;

d) A administração pública obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

DIREITO TRIBUTÁRIO

13) A Constituição Federal de 1988 define as competências tributárias dos entes que integram a Federação. E, verificando-se as alternativas abaixo, indique aquela que contem impostos de competência dos Municípios:

a) IPTU, ITBI e ISS;

b) IPTU, ISS e IR;

c) IPTU, ITCMD e IPVA;

d) IPTU, IPI e ISS.

14) Nos termos do Código Tributário Nacional:

a) O ITBI (Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis “inter vivos”) tem como fato gerador a transmissão causa mortis de imóveis e a doação de quaisquer bens ou direitos;



b) O ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) tem como fato gerador a transmissão de bem imóvel por natureza ou por acessão física.

c) As taxas podem ser cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, e têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível.

d) O IPTU (Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana) tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem móvel.

15) Conforme o Código Tributário Nacional, os institutos da Prescrição e da Decadência:

a) Cuidam-se de modalidades de suspensão do crédito tributário;

b) Cuidam-se de modalidades de exclusão do crédito tributário;

c) A primeira (prescrição) é modalidade de extinção, e a segunda (decadência) de exclusão do crédito tributário;

d) Cuidam-se de modalidades de extinção do crédito tributário;

16) Segundo o entendimento sumulado do STF, o serviço de iluminação pública:

a) em alguns casos, pode ser remunerado por taxa;

b) sempre pode ser remunerado por taxa;

c) não pode ser remunerado por taxa;

d) somente pode ser remunerado por taxa.

DIREITO ADMINISTRATIVO

17) De acordo com o Decreto-Lei n.200/1967, a Administração Pública Brasileira se divide em Administração Direta e Administração Indireta. Estão compreendidos no conceito de Administração Indireta:

a) as autarquias;

b) as fundações privadas destinadas à promoção da assistência social, da saúde ou da educação;

c) as empresas privadas concessionárias de serviços públicos;

d) os servidores públicos voluntários que administram bens públicos.

18) Nos termos do que dispõe o art. 37, XXI, da Constituição Federal, as obras, serviços, compras e alienações feitas pela Administração Pública só poderão, como regra, ser realizados mediante processo de licitação, podendo a lei estabelecer exceções. A Lei Federal n. 8.666/1993, prevê hipóteses taxativas de dispensa de licitação, entre as quais consta a seguinte:

a) nos casos de Guerra Mundial ou Continental, entendida esta como a Guerra que entre mais de 3 (três) países;

b) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem pública;

c) nas compras de bens móveis de escritório no valor de até R\$ 80.000,00;

d) nas compras de bens móveis de escritório no valor de até R\$ 150.000,00.

19) Nos termos do que dispõem os incisos II e V do art. 37 da Constituição Federal, a forma de investidura de servidores para cargos ou empregos públicos, depende, como regra, de aprovação prévia em



concurso público. Os Entes Federativos podem, todavia, criar cargos em comissão, cuja nomeação pelo Chefe do Poder Executivo independe de concurso, nas seguintes hipóteses:

- a)** contratação de parentes de Deputados Federais e Senadores;
- b)** para o exercício de funções de direção, chefia e assessoramento, em percentual máximo definido em lei;
- c)** contratação de pessoas que tenham Pós-Doutorado em universidades brasileiras ou Doutorado em universidades norte-americanas ou europeias;
- d)** contratação de professores de ensino fundamental e guardas municipais.

20) Para fins de controle da Administração Pública, cabe mandado de segurança:

- b)** toda vez que couber *habeas corpus*, havendo fungibilidade recursal entre os procedimentos;
- b)** toda vez que o autor da ação necessitar de uma tutela provisória de urgência (liminar);
- c)** toda vez que o cidadão quiser ajuizar um processo contra o Município, perante a Vara da Fazenda Pública;
- d)** para a proteção de direito líquido e certo ameaçado por ato ilegal ou abusivo de autoridade pública.



PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
Gabinete da Procuradoria-Geral do Município
Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, 277, 2º andar
CEP 08780-900 • Mogi das Cruzes – SP – Brasil
Telefone (55 11) 4798-5062
www.mogidascruzes.sp.gov.br



FOLHA DE RESPOSTAS – TIPO B

1) (a) (b) (c) (d)
2) (a) (b) (c) (d)
3) (a) (b) (c) (d)
4) (a) (b) (c) (d)
5) (a) (b) (c) (d)
6) (a) (b) (c) (d)
7) (a) (b) (c) (d)
8) (a) (b) (c) (d)
9) (a) (b) (c) (d)
10) (a) (b) (c) (d)

11) (a) (b) (c) (d)
12) (a) (b) (c) (d)
13) (a) (b) (c) (d)
14) (a) (b) (c) (d)
15) (a) (b) (c) (d)
16) (a) (b) (c) (d)
17) (a) (b) (c) (d)
18) (a) (b) (c) (d)
19) (a) (b) (c) (d)
20) (a) (b) (c) (d)

Nome completo: _____

Rg.: _____

Assinatura: _____

DISSERTAÇÃO

A Constituição Brasileira pode ser classificada como sendo uma constituição rígida, pois o processo legislativo necessário à sua alteração é mais dificultoso do que aquele necessário à edição de leis ordinárias ou complementares.

Neste cenário, disserte sobre o que a Constituição Federal diz acerca das Emendas Constitucionais (conceito, procedimento e quórum de aprovação). Disserte ainda sobre o conceito de cláusula pétrea, elencando, se possível, quais são as cláusulas pétreas previstas na Carta Magna.
